

Dívida federal vai chegar a R\$ 1,16 tri

O governo projeta um crescimento da dívida federal de pelo menos 14,4% neste ano. No cenário mais positivo traçado no Plano Anual de Financiamento (PAF), divulgado ontem pelo secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, o endividamento da União passaria de R\$ 1,014 trilhão (estoque do final de 2004) para R\$ 1,16 trilhão. Na pior hipótese imaginada pelo Tesouro, os débitos chegariam a R\$ 1,24 trilhão, numa expansão de 22,3%.

O volume leva em conta tanto o passivo interno como o externo. A dívida vai aumentar por causa da incorporação de juros

ao principal e porque o Tesouro espera fazer emissões líquidas de títulos públicos, vendendo um volume de papéis maior do que o montante de vencimentos. "Teremos como diretrizes alongar o prazo médio da dívida, reduzir o percentual que vence no curto prazo e substituir gradualmente os títulos remunerados pela Selic (taxa básica da economia) por papéis prefixados", disse Levy.

No cenário mais positivo, o Tesouro espera uma queda "mais rápida" das taxas de juros, um ambiente externo tranquilo e crescimento econômico sem pressões inflacionárias –

na verdade, os juros vêm crescendo nos últimos seis meses. No mais pessimista, a previsão é de queda no fluxo de capitais para o Brasil, desvalorizações cambiais, aumento do risco país e limites a redução das taxas de juros. "Isso dá margem tanto à prudência como à ambição", disse.

Na melhor previsão, o prazo médio da dívida subiria de 35,3 meses para 41, e a parcela de curto prazo (vencimento em até doze meses) cairia de 39,3% do total para 34%. A participação dos títulos prefixados, que têm os juros determinados no momento da venda, cresceria de

16,1% para 25%, e a dos papéis atrelados à Selic cairia de 45,7% para 39%. A parcela dos papéis corrigidos pela variação do dólar também diminuiria, passando de 24,2% para 18%.

No pior cenário, o prazo médio da dívida seria de 36 meses, e a parcela que vence no curto prazo ficaria 40% do estoque total. "No pior dos mundos, ficaríamos onde estamos em relação à composição de prefixados, pós-fixados e cambiais, o que já é positivo", disse Levy. Segundo o secretário, a vulnerabilidade da dívida a variações cambiais e a elevações da Selic é, hoje, um terço do que era em 2002 (RA).